



## **DISCUSSÕES PRELIMINARES DA (DES)CONHECIDA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

Lima, Gilmarcos Jacques<sup>1</sup>; Pitta, Louize Rafaela<sup>2</sup>; Candelário, Valdilene da Silva<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, [gil.jacques@r7.com](mailto:gil.jacques@r7.com).

<sup>2</sup> Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, [lrp\\_rafa@hotmail.com](mailto:lrp_rafa@hotmail.com).

<sup>3</sup> Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, [val\\_dsc@hotmail.com](mailto:val_dsc@hotmail.com).

Linha Temática nº 04: Educação ambiental, gestão ambiental e políticas públicas.

Palavras-chave: legislação; resíduos sólidos, políticas públicas.

Atualmente, resíduo sólido apresenta-se uma grande problemática, devido evolução do consumismo aliada a alta descartabilidade dos produtos, tem causado inúmeros prejuízos ao meio ambiente. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de descrever lacunas da Política Nacional dos Resíduos Sólidos. A crescente preocupação com o meio ambiente, tem provocado iniciativas em todos os campos do conhecimento e da sociedade, inclusive com relação a legislação. Após 21 anos tramitando no senado, surge a Lei nº 12.305 de 02/08/2010, intitulada Política Nacional de Resíduos Sólidos, admirável seus objetivos, alguns deles são: proteção à saúde pública e qualidade ambiental; seguir padrões sustentáveis; abraçar tecnologias limpas; reduzir, reutilizar, reciclar e tratamento dos resíduos, bem com a disposição final ambientalmente adequada. Esta lei recomenda a logística reversa como ferramenta para ser aderidos pelas organizações. Vale ressaltar que a responsabilidade não se restringe apenas aos fabricantes, julgar-se responsabilidade compartilhada. Apesar de, apresentar uma bela finalidade, esta lei é tida de forma genérica, apresenta lacunas que merecem ser preenchidas (descartar pilha é diferente de descartar geladeira). Neste sentido é recomendável analisar e separar os produtos por categorias/grupos, após esta organização julga-se importante elaborar um mapeamento de processos de canais reversos por *cluster*, este é um procedimento trabalhoso e deve ser desenvolvido minuciosamente, levando em consideração os danos que cada produto causa ao meio ambiente e a melhor forma de minimizar avarias causadas, feitas isto, é aconselhável pesquisar as cooperativas de reciclagem, de forma sinérgica para elaborar um aceitável processo reverso para cada grupo, de forma compatibilizada. Necessita-se de incluir esses ajustes, para que possa preencher/reduzir as lacunas desta lei. A lei ainda é pouco conhecida pela população, surge um desafio: conscientização. Portanto, investir em publicidade objetivando informar os fabricantes, distribuidores, comerciantes e consumidores, só assim, de fato pode-se cobrar responsabilidade compartilhada. Oportuno lembrar, legislação requer fiscalização.